

Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para a opinião com ressalva

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.a., em 31 de dezembro de 2012, a Seguradora mantém contabilizada Provisão Complementar de Prêmios - PCP, no montante de R\$6.350 mil, líquido de resseguro, em atendimento à Resolução nº 162/06 e alterações posteriores do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Todavia, o registro contábil dessa provisão não atende às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme Comunicado Técnico nº 1/2008 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 está apresentado a menor em R\$3.810 mil e o lucro líquido do exercício findo nessa data a menor em R\$3.725 mil, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo “Base para a opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Celso de Almeida Moraes
Contador
CRC nº 1 SP 124669/O-9

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		2012	2011			2012	2011
CIRCULANTE		<u>692.644</u>	<u>584.035</u>	CIRCULANTE		<u>584.723</u>	<u>506.309</u>
Disponível	7	<u>37.094</u>	<u>10.089</u>	Contas a pagar		<u>61.979</u>	<u>43.794</u>
Caixa e bancos		<u>37.094</u>	<u>10.089</u>	Obrigações a pagar		<u>9.831</u>	<u>19.687</u>
Aplicações	8	<u>234.032</u>	<u>230.781</u>	Impostos e encargos sociais a recolher		<u>13.034</u>	<u>10.908</u>
Títulos de renda fixa - privados		<u>631</u>	<u>26.993</u>	Encargos trabalhistas		<u>4.559</u>	<u>4.196</u>
Títulos de renda fixa - públicos		<u>220.323</u>	<u>-</u>	Impostos e contribuições		<u>1.604</u>	<u>290</u>
Quotas de fundos de investimento		<u>12.899</u>	<u>203.574</u>	Outras contas a pagar		<u>32.951</u>	<u>8.713</u>
Outras aplicações		<u>179</u>	<u>214</u>	Débitos de operações com seguros e resseguros		<u>80.921</u>	<u>74.028</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	<u>241.883</u>	<u>176.906</u>	Operações com seguradoras		<u>8.916</u>	<u>10.317</u>
Prêmios a receber		<u>219.979</u>	<u>163.561</u>	Operações com resseguradoras		<u>35.686</u>	<u>36.563</u>
Operações com seguradoras		<u>10.663</u>	<u>8.955</u>	Corretores de seguros e resseguros		<u>36.137</u>	<u>26.910</u>
Operações com resseguradoras		<u>15.147</u>	<u>8.667</u>	Outros débitos operacionais		<u>182</u>	<u>238</u>
(-) Provisão para riscos de créditos		<u>(3.906)</u>	<u>(4.277)</u>	Depósitos de terceiros		<u>2.621</u>	<u>2.304</u>
Outros créditos operacionais		<u>658</u>	<u>745</u>	Provisões técnicas - seguros e resseguros	16	<u>439.202</u>	<u>386.183</u>
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10	<u>127.065</u>	<u>116.877</u>	Danos		<u>422.047</u>	<u>367.846</u>
Títulos e créditos a receber		<u>3.681</u>	<u>7.178</u>	Provisão de prêmios não ganhos		<u>205.182</u>	<u>170.418</u>
Títulos e créditos a receber		<u>2.469</u>	<u>1.955</u>	Sinistros a liquidar		<u>188.938</u>	<u>180.696</u>
Créditos tributários e previdenciários	11.a	<u>859</u>	<u>4.277</u>	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		<u>18.327</u>	<u>16.091</u>
Outros créditos		<u>353</u>	<u>946</u>	Outras provisões		<u>9.600</u>	<u>641</u>
Outros valores e bens		<u>11.666</u>	<u>11.925</u>	Pessoas		<u>17.155</u>	<u>18.337</u>
Bens à venda	12	<u>11.666</u>	<u>11.925</u>	Provisão de prêmios não ganhos		<u>685</u>	<u>402</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>82</u>	<u>38</u>	Sinistros a liquidar		<u>8.616</u>	<u>11.982</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>82</u>	<u>38</u>	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		<u>5.905</u>	<u>5.380</u>
Custos de aquisição diferidos		<u>36.483</u>	<u>29.496</u>	Outras provisões		<u>1.949</u>	<u>573</u>
Seguros	16	<u>36.483</u>	<u>29.496</u>	NÃO CIRCULANTE		<u>106.512</u>	<u>95.867</u>
NÃO CIRCULANTE		<u>165.438</u>	<u>149.480</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>106.512</u>	<u>95.867</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>142.147</u>	<u>130.132</u>	Contas a pagar		<u>2.207</u>	<u>1.918</u>
Aplicações	8	<u>694</u>	<u>568</u>	Tributos diferidos		<u>2.207</u>	<u>1.918</u>
Outras aplicações		<u>694</u>	<u>568</u>	Outros débitos	18	<u>104.305</u>	<u>93.949</u>
Títulos e créditos a receber		<u>140.554</u>	<u>128.710</u>	Provisões judiciais		<u>104.305</u>	<u>93.949</u>
Créditos tributários e previdenciários	11.b	<u>45.513</u>	<u>43.346</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	<u>166.847</u>	<u>131.339</u>
Depósitos judiciais e fiscais	18	<u>95.041</u>	<u>85.364</u>	Capital social - nacional		<u>1</u>	<u>1</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>899</u>	<u>854</u>	Capital social - estrangeiro		<u>95.887</u>	<u>82.807</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>899</u>	<u>854</u>	Reservas de lucros		<u>70.248</u>	<u>48.531</u>
INVESTIMENTOS		<u>-</u>	<u>873</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		<u>711</u>	<u>-</u>
Imóveis destinados a renda	13	<u>-</u>	<u>873</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>858.082</u>	<u>733.515</u>
IMOBILIZADO	14	<u>5.586</u>	<u>5.764</u>				
Imóveis		<u>78</u>	<u>78</u>				
Bens móveis		<u>11.622</u>	<u>11.123</u>				
Outras imobilizações		<u>6.432</u>	<u>6.077</u>				
(-) Depreciação		<u>(12.546)</u>	<u>(11.514)</u>				
INTANGÍVEL	15	<u>17.705</u>	<u>12.711</u>				
Outros intangíveis		<u>17.705</u>	<u>12.711</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>858.082</u>	<u>733.515</u>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
PRÊMIOS EMITIDOS		531.270	477.319
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(46.234)	(39.296)
PRÊMIOS GANHOS	20	485.036	438.023
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		3.052	3.785
SINISTROS OCORRIDOS	20	(232.088)	(206.521)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	20	(110.816)	(101.330)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	21.a	(145)	(5.388)
RESULTADO COM RESSEGURO		<u>(22.048)</u>	<u>(38.484)</u>
Receita com resseguro		39.943	21.744
Despesa com resseguro		(61.991)	(60.228)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21.b	(101.005)	(93.860)
DESPESAS COM TRIBUTOS	21.c	(14.368)	(13.175)
RESULTADO FINANCEIRO	21.d	29.334	13.832
RESULTADO PATRIMONIAL	21.e	25	(5)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>36.977</u>	<u>(3.123)</u>
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	21.f	4.753	136
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>41.730</u>	<u>(2.987)</u>
Imposto de renda	22	(7.407)	1.328
Contribuição social	22	(4.475)	797
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>29.848</u>	<u>(862)</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES	19.a	<u>9.864.464</u>	<u>8.971.033</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO		<u>3,03</u>	<u>(0,10)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		29.848	(862)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		<u>711</u>	<u>-</u>
Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.185	-
Efeitos tributários sobre outros componentes do resultado abrangente		(474)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u><u>30.559</u></u>	<u><u>(862)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Outras			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		82.808	4.097	53.735	-	-	140.640
Juros sobre o capital próprio proposto (R\$0,94 por ação)	19.e	-	-	(8.439)	-	-	(8.439)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(862)	(862)
Compensação de reservas de lucros com prejuízos acumulados		-	-	(862)	-	862	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		82.808	4.097	44.434	-	-	131.339
Aumento de Capital - AGE 29/06/12	19.a	7.173	-	-	-	-	7.173
Aumento de Capital - AGE 21/12/12	19.a	5.907	-	-	-	-	5.907
Ajustes com títulos e valores mobiliários		-	-	-	711	-	711
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.848	29.848
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	19.b	-	1.492	-	-	(1.492)	-
Constituição de reservas	19.c	-	-	20.225	-	(20.225)	-
Juros sobre o capital próprio proposto (R\$0,73 por ação)	19.e	-	-	-	-	(6.949)	(6.949)
Dividendos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	(1.182)	(1.182)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		95.888	5.589	64.659	711	-	166.847

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u> Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	522.190	493.078
Recuperações de sinistros e comissões	8.195	11.194
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	32.539	29.533
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(323.102)	(335.417)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(60.122)	(47.127)
Pagamentos de despesas e obrigações	(83.386)	(80.753)
Pagamentos de indenizações e despesas em processos judiciais	(316)	(3.366)
Outros pagamentos operacionais	(14.598)	(11.844)
Constituição de depósitos judiciais	(13.577)	(13)
Pagamentos de participações nos resultados	(4.319)	-
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	<u>63.504</u>	<u>55.285</u>
Impostos e contribuições pagos	(43.740)	(51.422)
Investimentos financeiros	8.252	11.212
Resgates (Aplicações) - Líquido	8.252	11.212
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>28.016</u>	<u>15.075</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(4.855)	(2.043)
Imobilizado	(443)	(197)
Intangível	(4.412)	(1.846)
Recebimento pela venda de ativo permanente	3.844	172
Imobilizado	3.844	172
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(1.011)</u>	<u>(1.871)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(6.862)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>(6.862)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>27.005</u>	<u>6.342</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota explicativa nº 7)	10.089	3.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (nota explicativa nº 7)	37.094	10.089
Ativos livres no início do exercício	27.775	25.049
Ativos livres no final do exercício	873	27.775
Aumento / (Diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	(26.902)	2.726
CONCILIAÇÃO - LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>2012</u>	<u>2012</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.848	(862)
Depreciação e amortização	6.165	5.600
Lucro na alienação de ativo imobilizado	(4.753)	(112)
Lucro líquido ajustado	31.260	4.626
Varição das aplicações	(2.666)	(9.091)
Varição dos créditos das operações de seguros e resseguros	(64.890)	(40.650)
Varição dos ativos de resseguros	(10.188)	(17.245)
Varição dos títulos e créditos a receber	(8.347)	(22.584)
Varição dos custos de aquisição diferidos	(6.987)	(4.886)
Varição de outros ativos	301	(3.373)
Varição das contas a pagar	18.948	313
Varição dos débitos de operações com seguros e resseguros	6.893	36.976
Varição de provisões técnicas	53.019	61.344
Varição de outros débitos - provisões judiciais	10.356	8.546
Varição de outros passivos	317	1.099
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>28.016</u>	<u>15.075</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Royal & SunAlliance Seguros (Brasil) S.A. (“Seguradora”) faz parte do Grupo Royal & SunAlliance (Reino Unido) e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tais como definido na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país.

A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado e possui sede e escritório principal localizado na Avenida das Nações Unidas, 12.995, Brooklin Novo, cidade de São Paulo, SP - Brasil.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012.

A principal alteração da Circular SUSEP nº 430/12 foi:

- Instituição de um novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, a partir de 1º de janeiro de 2012.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

2.3. Reclassificação da demonstração dos fluxos de caixa

Os saldos da demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados para adequação com a classificação de caixa e equivalentes de caixa de 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo publicado 2011	Reclassificação	Saldo reclassificado 2011
	<u>2011</u>		<u>2011</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Caixa gerado pelas operações	55.285	—	55.285
Impostos e contribuições pagos	(51.422)		(51.422)
Investimentos financeiros	17.425	(6.213)	11.212
Resgates	17.425	-	17.425
Aplicações	-	(6.213)	(6.213)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>21.288</u>	<u>(6.213)</u>	<u>15.075</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.871)	-	(1.871)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(6.862)	-	(6.862)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>12.555</u>	<u>(6.213)</u>	<u>6.342</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	201.605	(197.858)	3.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	214.159	(204.070)	10.089

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios e cessões em cosseguros e resseguros, e das comissões ao resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- A apropriação dos juros sobre prêmios fracionados, de acordo com o prazo de parcelamento desses prêmios.

- O resultado decorrente de retrocessões de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.
- Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “receitas financeiras” em base “pro rata” dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os títulos e valores mobiliários com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa são classificados como caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, eram compostos por saldos de caixa e bancos.

3.5. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

a) Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade.

“Instrumento de patrimônio” é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos seus passivos.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na conta “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste com títulos e valores mobiliários”, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Provisão para riscos de créditos

A Seguradora constitui provisão para prêmios a receber vencidos há mais e 60 dias e para as operações com seguradoras vencidas há mais de 180 dias, considerada pela Administração suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização de créditos e contas a receber.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Passivo financeiro

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Seguradora e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou
- é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na conta “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida.

3.6. Custos de aquisição diferidos - Seguros

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.7. Demais ativos circulantes e ativos realizáveis a longo prazo

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, considerando o prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.8. Investimentos

A Seguradora possuía em 31 de dezembro de 2011 imóveis alugados para terceiros visando à obtenção de rendas. Estes ativos não possuíam a característica de imobilizado de uso próprio, e, portanto, eram classificados como imóveis destinados a renda. Estes imóveis foram vendidos no primeiro semestre de 2012.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis e utensílios, veículos e equipamentos de informática utilizados para a condução dos negócios da Seguradora em sua atividade operacional.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e deduzido da depreciação acumulada.

A Seguradora utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. Os tempos de vida útil estimada e aplicadas para depreciação estão demonstrados abaixo:

Imóveis	20 anos
Equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.10. Intangível

Os saldos do intangível referem-se substancialmente a adiantamentos de valores para direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear.

3.11. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É efetuada análise anual quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

3.12. Provisões técnicas de seguros e resseguros

- Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Constituída pela parcela dos prêmios emitidos correspondentes ao período de risco não decorrido e no prazo de vigência das apólices.

Os prêmios a emitir e a provisão de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes e ainda não emitidos - RVNE são estimados conforme metodologia elaborada pela Seguradora e Nota Técnica Atuarial em que são justificadas essas metodologias, à disposição da SUSEP.

- Sinistros a liquidar - PSL

É constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até as datas dos balanços. Os valores referentes a sinistros relativos a cosseguro cedido são contabilizados no ativo na conta de créditos de operações com seguros e resseguros - operações com Seguradoras em contrapartida a conta de sinistros retidos - recuperação.

- Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR

Constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial à disposição da SUSEP, levando em consideração a sua experiência de sinistralidade.

- Outras provisões - Provisão complementar de prêmios - PCP

A provisão complementar de prêmios é calculada “pro rata” dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, sendo seu valor a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- Teste de adequação de passivos - TAP

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 457/12, a cada data de balanço, a Seguradora deve efetuar o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguros vigentes na data da execução do teste.

Esse teste tem por objetivo avaliar se a soma do valor líquido contabilizado de todos os passivos de contratos de seguro (provisões técnicas: PPNG, PCP, IBNR, PSL e PPNG-RVNE), deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, denominado “Net Carrying Amount”, encontra-se adequado e suficientemente provisionado quando comparado com os fluxos de caixa futuros estimados dos contratos de seguros vigentes.

Para a realização do teste de adequação de passivo é utilizada a metodologia de cálculo de “run off” da PPNG considerando as despesas associadas às operações de seguros dos contratos vigentes na data-base de cálculo até a data da extinção destes, trazidos a valor presente, que contempla:

- O valor estimado dos sinistros e as despesas administrativas previstas nos contratos calculados antes da data-base (ignorando acontecimentos excepcionais a menos que tais eventos possam se repetir).
- A taxa de juros utilizada nos fluxos de caixa descritos acima foi a taxa ETTJ livre de risco pré-fixada, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 7º da Circular SUSEP nº 457/12.

Para a realização deste teste, os contratos são agrupados de acordo com o regime financeiro e com a similaridade dos riscos. Os agrupamentos dos contratos definidos pela Seguradora são: 01 - Carteira Patrimonial, Responsabilidades, Residencial e Engenharia; 02 - Carteira Marítimos e Transportes; 03 - Carteira Automóveis; e 04 - Carteira Pessoas.

Caso esta avaliação separadamente por agrupamento demonstre deficiência de provisão, a Seguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado, primeiramente reduzindo DCD (ou outros ativos intangíveis) e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste, de forma que os passivos de contratos de seguro reflitam os valores estimados de fluxo de caixa futuro.

A metodologia utilizada está em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 457/12.

Como resultado do procedimento acima, não foi identificada necessidade de constituição de provisão adicional para nenhum agrupamento de seguro na data-base 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Tendo como base o estabelecido no artigo 15 da referida Circular, em dezembro de 2012 foi revertido integralmente o saldo da Provisão de Insuficiência de Prêmio (PIP) no montante de R\$455 (não havia PIP constituída em 31 de dezembro de 2011). A reversão realizada está baseada no fato de a PIP não estar considerada no “Net Carrying Amount”, assim levado em consideração que o teste de adequação de passivos mede o compromisso da Seguradora em sua totalidade comparando-o ao montante provisionado, e a suficiência resultante deste teste demonstra não ser identificada a necessidade de manter esta provisão.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável acima dos limites previstos em lei, e para contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças temporárias são registrados no ativo não circulante, no pressuposto de sua realização futura.

3.14. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões judiciais - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

3.15. Lucro/prejuízo líquido por ação

O lucro por ação básico para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro/prejuízo por ação do exercício e conseqüentemente o lucro/prejuízo por ação básico é equivalente ao lucro/prejuízo por ação diluído.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A elaboração das demonstrações financeiras é impactada por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Seguradora. A Seguradora faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente.

As estimativas e premissas utilizadas pela Seguradora são as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas aplicáveis e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (nota explicativa nº 8).
- Provisão para riscos de créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber (nota explicativa nº 9).
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, propriedades para investimentos e outros ativos intangíveis) (notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 15).
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (nota explicativa nº 11).
- Provisões técnicas de seguros (nota explicativa nº 16).

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é uma preocupação fundamental da Seguradora. Esta nota resume os principais riscos para o qual a Seguradora está exposta e os passos para gerenciá-los. A Seguradora apresenta mecanismo completo de gerenciamento de riscos com o intuito de identificar, avaliar, gerenciar e monitorar os riscos provenientes de suas operações. Este mecanismo inclui um conjunto de políticas, procedimentos, métricas e técnicas de reporte e monitoramento e uma série de testes de “stress” e análises de cenário para garantir que a exposição aos riscos da Seguradora está adequadamente gerenciada.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguros, de resseguros, operacional, legal, de juros, de crédito e de liquidez.

5.1. Risco de seguros

Definição de contrato de seguro e de contratos de investimentos

De acordo com o CPC 11, contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a Seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado.

Risco de seguro significativo define-se como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco significativo de seguro ou qualquer risco de seguro.

Na data de adoção do CPC, a Administração da Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguro”. Os contratos de resseguros são também classificados como “Contratos de Seguro”, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

Risco de Seguros

As principais preocupações da Seguradora em relação às atividades de seguros são a precificação, a aceitação e o gerenciamento de riscos de seus clientes. Ao aceitar riscos, conforme mencionado acima, a Seguradora se compromete com o pagamento de sinistros e, portanto, esses riscos devem ser entendidos e controlados. Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição.

A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, negociações de resseguro e cosseguro, para as carteiras de propriedade, engenharia e automóvel existem uma gestão preventiva de análise dos riscos, já para a carteira de transporte existe a administração preventiva de sinistros.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia.

A cessão de seguros por meio de cosseguros e resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos, como mencionado acima.

A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração, rendas de investimento, custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos.

Os limites de subscrição estão implementados para cumprir critérios de seleção de risco. Por exemplo, a Seguradora tem o direito de não renovar apólices, pode impor franquias e tem o direito de negar o pagamento de um sinistro fraudulento. Todas as apólices emitidas pela Seguradora cumprem requisitos estatutários mínimos.

O segmento de atuação da Seguradora, tipo de produtos e suas respectivas coberturas, são previamente autorizados pelo órgão regulador (SUSEP).

Contratos de resseguro e cosseguro existentes incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes. O efeito de tais negócios de resseguro e cosseguro é que a Seguradora não sofre as perdas totais das liquidações dos sinistros limitando-se à parcela do risco retido.

Concentração de riscos dos contratos de seguro

A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades são determinadas com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<u>Modalidade</u>	31 de dezembro de 2012			
	<u>Sudeste/ Centro-Oeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Nordeste/ Norte</u>	<u>Total</u>
Transportes	211.624	24.610	4.278	240.512
Patrimoniais	99.996	9.779	3.608	113.383
Automóveis	101.023	7.345	1.257	109.625
Pessoas	46.359	2.271	1.028	49.658
Outros	<u>16.181</u>	<u>1.507</u>	<u>405</u>	<u>18.093</u>
Total	<u>475.182</u>	<u>45.512</u>	<u>10.576</u>	<u>531.270</u>

<u>Modalidade</u>	31 de dezembro de 2011			
	<u>Sudeste/ Centro-Oeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Nordeste/ Norte</u>	<u>Total</u>
Transportes	192.323	17.975	2.443	212.741
Patrimoniais	98.341	11.195	2.643	112.179
Automóveis	77.346	7.268	1.714	86.328
Pessoas	40.237	2.075	654	42.966
Outros	<u>20.392</u>	<u>2.175</u>	<u>538</u>	<u>23.105</u>
Total	<u>428.639</u>	<u>40.688</u>	<u>7.992</u>	<u>477.319</u>

A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica podendo mudar ao longo do tempo.

5.2. Riscos de resseguro

A Seguradora está exposta a riscos relacionados a seus contratos de resseguros e a recuperação de sinistros de resseguros em decorrência destes contratos, devido à possibilidade de restrição da capacidade financeira, inadimplência, descumprimento de contratos. Como o objetivo de mitigar este risco na seleção dos resseguradores, com os quais operamos, nossa estratégia é buscar resseguradores com a melhor combinação de solidez financeira, preço e capacidade, motivo pelo qual foi elaborada uma lista contendo resseguradores que foram selecionados com base na estratégia mencionada. Esta lista é atualizada e divulgada pelo controlador do grupo em bases trimestrais.

A Seguradora permanece responsável como Seguradora direta de todos os riscos ressegurados, apesar da resseguradora ficar responsável pela extensão do risco cedido.

5.3. Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer grande empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas, e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e plano de continuidade de negócios.

5.4. Risco legal

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é certas vezes envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente àquelas relacionadas ao pagamento de sinistros.

O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e conseqüentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais / judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

5.5. Risco de mercado

Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos.

A Seguradora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

A Seguradora está exposta aos riscos de taxas de câmbio de moedas estrangeiras relativos às operações de seguros indexadas ao dólar americano. Estes riscos são gerenciados por ativos altamente correspondentes e lastreados ao dólar americano.

5.6. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos relativos às aplicações financeiras junto às instituições financeiras e dos créditos a receber de seguros emitidos.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras a política adotada pela administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais se podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos.

A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre “AAA” até “BBB”, ou seja, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança.

A tabela a seguir demonstra os saldos da exposição de risco de crédito por “rating” de crédito das agências de notação financeira agregada para os ativos financeiros:

	31 de dezembro de 2012		
	“Rating” de crédito		
	BBB	Sem “rating”	Saldo total
Caixa e bancos	-	37.094	37.094
Ativos financeiros - títulos para negociação e disponíveis para venda	233.853	873	234.726
Créditos com operações de seguro e resseguro (*)	-	241.883	241.883
Títulos e créditos a receber - curto prazo	-	2.469	2.469
Total	233.853	282.319	516.172

	31 de dezembro de 2011		
	“Rating” de crédito		
	BBB ⁺	Sem “rating”	Saldo total
Caixa e bancos	-	10.089	10.089
Ativos financeiros - títulos para negociação	230.567	782	231.349
Créditos com operações de seguro e resseguro (*)	-	176.906	176.906
Títulos e créditos a receber - curto prazo	-	1.955	1.955
Total	230.567	189.732	420.299

(*) Com relação ao risco de recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

5.7. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

5.8. Risco regulatório e de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos 'capital regulatório' e 'capital econômico' segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; e (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as composições do patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital mínimo requerido, podem ser assim resumidas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrimônio líquido	166.847	131.339
Ativos intangíveis	<u>(17.705)</u>	<u>(12.629)</u>
Patrimônio líquido ajustado - PLA	149.142	118.710
0,20 do prêmio retido anual médio dos últimos 12 meses	94.172	82.498
0,33 do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses	<u>58.043</u>	<u>48.551</u>
Margem de solvência (a)	<u>94.172</u>	<u>82.498</u>
Suficiência da margem de solvência	<u>54.970</u>	<u>36.212</u>
Capital base	15.000	15.000
Capital adicional - risco de subscrição	95.639	92.126
Capital adicional - risco de crédito	<u>13.913</u>	<u>14.702</u>
Capital mínimo requerido (b)	<u>118.301</u>	<u>115.289</u>
Exigência de capital (maior entre (a) e (b))	<u>118.301</u>	<u>115.289</u>
Solvência de capital	<u>30.841</u>	<u>3.421</u>

A margem de solvência compreende o maior valor entre a média anual dos prêmios retidos e sinistros retidos.

5.9. Análise de sensibilidade

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo.

É esperado que ocorram variações em número de sinistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício, caso a sinistralidade varie em 1 ponto percentual (pp) em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

<u>Premissas</u>	<u>Variação</u>	<u>Bruto de resseguro</u>		<u>Líquido de resseguro</u>	
		<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	+1pp	(2.910)	(2.628)	(2.537)	(2.267)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	-1pp	2.910	2.628	2.537	2.267

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução no rendimento das aplicações financeiras.

Se as taxas de juros de CDI fossem 1% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria/diminuiria em R\$179 (R\$165 em 31 de dezembro de 2011).

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória, dessa forma, a Seguradora não adotou as IFRSs novas e revisadas.

Considerando as atuais operações da Seguradora, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10,11 e 12; 27R e IAS 28R	Normas novas ou revisadas - tratamento contábil de consolidação, envolvimento em acordos conjuntos e divulgação de envolvimento com outras entidades	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19	A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Caixa	13	9
Bancos	<u>37.081</u>	<u>10.080</u>
Total	<u>37.094</u>	<u>10.089</u>

8. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	Custo atualizado	Valor justo	31/12/2012		Líquido de tributos (d)	31/12/2011	
			Ajustes de TVM	Efeitos tributários		Valor justo	Valor justo
Títulos ao valor justo por meio do resultado:							
Cotas de fundos de investimento exclusivos (a)	-	-	-	-	-	194.557	
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos (a)	13.530	13.530	-	-	-	9.513	
Certificados de depósitos bancários - CDB (c)	-	-	-	-	-	26.497	
Outras aplicações	<u>873</u>	<u>873</u>	-	-	-	<u>782</u>	
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado	<u>14.403</u>	<u>14.403</u>	-	-	-	<u>231.349</u>	
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda</u>							
Notas do Tesouro Nacional - NTN (b)	158.264	159.447	1.183	473	710	-	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (b)	11.903	11.905	2	1	1	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	<u>48.971</u>	<u>48.971</u>	-	-	-	-	
Total de disponíveis para venda	<u>219.138</u>	<u>220.323</u>	<u>1.185</u>	<u>474</u>	<u>711</u>	-	
Total aplicações financeiras	<u>233.541</u>	<u>234.726</u>	<u>1.185</u>	<u>474</u>	<u>711</u>	<u>231.349</u>	
Circulante		234.032					230.781
Não circulante		694					568

- (a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos.
- (b) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- (c) Os CDBs têm remuneração diária vinculada à taxa dos Depósitos Interbancários - DI.
- (d) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ajustes com títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os títulos privados e os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se custodiados na CETIP S.A. e na SELIC, respectivamente. A custódia das cotas e respectivos papéis dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações em cotas de fundos de investimento de renda fixa (exclusivos), estavam compostas da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	179.213
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.435
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.914
Contas a pagar	(18)
Saldo em tesouraria	<u>13</u>
Total	<u>194.557</u>

b) Movimentação

	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Saldo inicial	231.349	222.259
Aplicações	233.589	181.756
Resgates	(261.263)	(197.685)
Atualização monetária/juros	29.866	25.019
Lucro não realizado - ajuste ao valor de mercado	<u>1.185</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>234.726</u>	<u>231.349</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o valor justo por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	Valor justo				Total
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	
Títulos ao valor justo por meio do resultado:					
Cotas de fundos de investimento exclusivos	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	13.530	-	-	-	13.530
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	-
Outras aplicações	<u>873</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>873</u>
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado	<u>14.403</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.403</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:					
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	4.916	-	154.531	159.447
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	11.905	11.905
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>-</u>	<u>1.661</u>	<u>39.900</u>	<u>7.410</u>	<u>48.971</u>
Total de disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>6.577</u>	<u>39.900</u>	<u>173.846</u>	<u>220.323</u>
Total aplicações financeiras	<u>14.403</u>	<u>6.577</u>	<u>39.900</u>	<u>173.846</u>	<u>234.726</u>

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

A composição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 da conta “Créditos das operações com seguros e resseguros” por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	31.12.12					Total
	A vencer		Vencidas			
	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	Acima de 120 dias	
Prêmios a receber	98.281	104.318	14.554	1.743	1.083	219.979
Operações com seguradoras	457	654	4.016	2.110	3.426	10.663
Operações com resseguradoras	<u>10.504</u>	<u>4.643</u>	-	-	-	<u>15.147</u>
Subtotal dos créditos das operações	<u>109.242</u>	<u>109.615</u>	<u>18.570</u>	<u>3.853</u>	<u>4.509</u>	<u>245.789</u>
Provisão para riscos de créditos						<u>(3.906)</u>
Total líquido						<u>241.883</u>

	31.12.11					Total
	A vencer		Vencidas			
	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	Acima de 120 dias	
Prêmios a receber	79.075	68.005	14.994	1.251	236	163.561
Operações com seguradoras	2.440	887	3.660	698	1.270	8.955
Operações com resseguradoras	5.904	2.763	-	-	-	8.667
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	745	745
Subtotal dos créditos das operações	<u>87.419</u>	<u>74.655</u>	<u>18.654</u>	<u>1.949</u>	<u>2.251</u>	<u>181.928</u>
Provisão para riscos de créditos						<u>(4.277)</u>
Total líquido						<u>177.651</u>

A movimentação em 31 de dezembro de 2012 da conta “Prêmios a receber” está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.12</u>
Prêmios pendentes no início do exercício	163.561
Prêmios emitidos	647.111
Recebimentos	(522.190)
Baixas/Cancelamentos	<u>(68.503)</u>
Prêmios pendentes no final do exercício	<u>219.979</u>

10. ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

	31.12.12				
	Provisões técnicas				
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões PCP e RVNE	Total
Transportes	8.118	38.820	937	724	48.599
Automóveis	1.179	5.251	222	67	6.719
Patrimoniais	15.517	35.564	1.039	4.799	56.919
Responsabilidades	412	12.851	618	152	14.033
Pessoas	<u>1</u>	<u>111</u>	<u>683</u>	<u>-</u>	<u>795</u>
Total	<u>25.227</u>	<u>92.597</u>	<u>3.499</u>	<u>5.742</u>	<u>127.065</u>

	31.12.11				
	Provisões técnicas				
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões PCP e RVNE	Total
Transportes	8.946	21.375	272	282	30.875
Automóveis	1.236	3.995	2	79	5.312
Patrimoniais	20.315	43.077	318	2.932	66.642
Responsabilidades	148	13.569	77	24	13.818
Pessoas	<u>-</u>	<u>99</u>	<u>131</u>	<u>-</u>	<u>230</u>
Total	<u>30.645</u>	<u>82.115</u>	<u>800</u>	<u>3.317</u>	<u>116.877</u>

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Circulante

Referem-se a impostos e contribuições a compensar e tributos retidos na fonte, no montante de R\$859 (R\$4.277 em 31 de dezembro de 2011).

b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$40.479 (R\$37.772 em 31 de dezembro de 2011). Adicionalmente, a Seguradora constitui créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R\$5.034 (R\$5.574 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos (diferenças temporárias)

	31.12.12			31.12.11		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	25.943	11.829	37.772	24.559	10.997	35.556
(+) Constituição de créditos	3.219	1.931	5.150	5.951	3.563	9.514
(-) Realização de créditos	<u>(1.527)</u>	<u>(916)</u>	<u>(2.443)</u>	<u>(4.567)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>(7.298)</u>
Saldo final	<u>27.635</u>	<u>12.844</u>	<u>40.479</u>	<u>25.943</u>	<u>11.829</u>	<u>37.772</u>

d) Composição dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31.12.12			31.12.11		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisões judiciais	26.037	11.885	37.922	22.813	9.950	32.763
Provisões de participações nos lucros	573	344	917	1.375	825	2.200
Provisão para riscos de crédito	977	586	1.563	1.070	642	1.712
Outros	<u>48</u>	<u>29</u>	<u>77</u>	<u>685</u>	<u>412</u>	<u>1.097</u>
Total	<u>27.635</u>	<u>12.844</u>	<u>40.479</u>	<u>25.943</u>	<u>11.829</u>	<u>37.772</u>

12. BENS À VENDA - SALVADOS

A composição em 31 de dezembro de 2012, por idade do saldo de salvados está demonstrada a seguir:

<u>Ramos de atuação</u>	31.12.12				31.12.11	
	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total
Transportes	3.555	1.603	2.801	389	8.348	7.839
Automóveis	1.497	646	1.063	86	3.292	3.930
Patrimoniais	6	10	9	-	25	81
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>75</u>
Total	<u>5.058</u>	<u>2.259</u>	<u>3.874</u>	<u>475</u>	<u>11.666</u>	<u>11.925</u>

13. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

A Seguradora possuía em 31 de dezembro de 2011 um imóvel destinado a renda no valor residual de R\$873. Este ativo foi vendido em fevereiro de 2012 pelo valor de R\$3.700, originando ganhos com ativos não correntes no exercício de R\$2.827.

14. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Edificações	11	(3)	8	11	(2)	9
Terrenos	67	-	67	67	-	67
Equipamentos	8.064	(5.678)	2.386	7.802	(5.098)	2.704
Móveis, máquinas e utensílios	1.341	(440)	901	733	(329)	404
Veículos	2.216	(781)	1.435	2.588	(1.069)	1.519
Benfeitoria em imóveis de terceiros	<u>6.433</u>	<u>(5.644)</u>	<u>789</u>	<u>6.077</u>	<u>(5.016)</u>	<u>1.061</u>
Total	<u>18.132</u>	<u>(12.546)</u>	<u>5.586</u>	<u>17.278</u>	<u>(11.514)</u>	<u>5.764</u>

b) Movimentação dos saldos

	Equipamento	Benfeitorias em imóveis			Total
		de terceiros	Veículos	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.704	1.061	1.519	481	5.764
Adições	657	356	731	606	2.350
Baixas	(4)	-	(382)	-	(386)
Despesas de depreciação	<u>(971)</u>	<u>(629)</u>	<u>(432)</u>	<u>(111)</u>	<u>(2.143)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.386</u>	<u>789</u>	<u>1.436</u>	<u>976</u>	<u>5.586</u>

15. INTANGÍVEL

a) Composição

	31.12.12			31.12.11
	Custo	Amortização	Total	Total
Despesas de desenvolvimento de sistemas e direitos de uso de software, líquidas de amortizações acumuladas	20.541	(9.865)	10.676	7.801
Direito de uso de bases de clientes de terceiros para fins de negociação do produto de seguro "Affinity", líquido de amortizações acumuladas	<u>13.456</u>	<u>(6.427)</u>	<u>7.029</u>	<u>4.910</u>
Total	<u>33.997</u>	<u>(16.292)</u>	<u>17.705</u>	<u>12.711</u>

b) Movimentação dos saldos

	Despesas de desenvolvimento de sistemas	Direito de uso de bases de clientes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.801	4.910	12.629
Adições	5.674	3.502	9.175
Despesas de amortização	<u>(2.800)</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(4.181)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>10.675</u>	<u>7.030</u>	<u>17.705</u>

16. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Composição das provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos

<u>Principais classes de negócios</u>	31.12.12				
	Provisões técnicas				
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões e PCP (i)
Transportes	10.057	58.944	43.512	11.099	5.864
Automóveis	8.112	69.382	27.208	1.936	-
Patrimoniais	16.174	66.664	54.191	2.339	3.580
Responsabilidades	1.382	7.334	28.438	2.860	-
Outros	401	2.858	35.590	94	157
Pessoas	<u>356</u>	<u>685</u>	<u>8.616</u>	<u>5.905</u>	<u>1.949</u>
Total	<u>36.483</u>	<u>205.867</u>	<u>197.554</u>	<u>24.232</u>	<u>11.549</u>

- (i) Inclui Provisão Complementar de Prêmios - PCP no montante de R\$8.136 e Outras Provisões - Garantia Estendida no montante de R\$3.413. A PCP de resseguro no ativo é de R\$ 1.786, portanto a PCP líquida é de R\$6.350.

<u>Principais classes de negócios</u>	31.12.11				
	Provisões técnicas				
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões e PCP (ii)
Transportes	7.528	42.549	63.097	11.462	399
Automóveis	7.264	54.557	22.658	1.486	-
Patrimoniais	12.791	64.874	69.645	1.589	242
Responsabilidades	1.618	8.437	25.297	1.553	-
Pessoas	<u>295</u>	<u>403</u>	<u>11.981</u>	<u>5.381</u>	<u>573</u>
Total	<u>29.496</u>	<u>170.820</u>	<u>192.678</u>	<u>21.471</u>	<u>1.214</u>

- (ii) Inclui Provisão Complementar de Prêmios - PCP no montante de R\$1.129 e Outras Provisões - Garantia Estendida no montante de R\$85. A PCP de resseguro no ativo é de R\$988, portanto a PCP líquida é de R\$141.

b) Movimentação das provisões técnicas

	31.12.12				
	Provisões técnicas				
	Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões
Saldo no início do exercício	29.496	170.820	192.678	21.471	1.214
Constituições	40.760	233.329	442.932	24.232	11.906
Amortizações/reversões	(33.773)	(198.282)	(148.890)	(21.471)	(1.571)
Pagamentos	-	-	(289.166)	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>36.483</u>	<u>205.867</u>	<u>197.554</u>	<u>24.232</u>	<u>11.549</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2012, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa conta, no montante de R\$63.758 (R\$79.388 em 31 de dezembro de 2011), com a seguinte classificação de risco:

Risco de perda	31.12.2012			31.12.11		
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	Quantidade	Reclamado	Provisionado
Perda provável	170	25.052	18.408	142	16.897	15.366
Perda possível	305	39.891	35.714	427	67.508	63.471
Perda remota	<u>106</u>	<u>7.964</u>	<u>9.636</u>	<u>45</u>	<u>551</u>	<u>551</u>
Total	<u>581</u>	<u>72.907</u>	<u>63.758</u>	<u>614</u>	<u>84.956</u>	<u>79.388</u>

Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente às reservas de sinistros, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

O triângulo superior do quadro apresenta a provisão estimada para as últimas perdas e ajuste de despesas de perdas no final de cada ano do acidente como o final do período de referência.

Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra as quantias pagas em relação a essas provisões em cada período subsequente.

Tabela de desenvolvimento de sinistros brutos de resseguros

	2002 e anteriores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Estimativas de Sinistros Acumulados												
No final do ano do acidente	175.321	18.804	35.644	34.508	36.079	87.259	64.221	67.196	88.064	98.968	85.612	
Um ano depois	87.779	13.836	34.187	21.271	32.458	96.650	51.890	65.188	66.255	122.056		
Dois anos depois	95.059	13.917	32.041	20.578	35.738	104.047	51.795	67.444	50.736			
Três anos depois	86.608	12.884	32.223	20.718	37.832	105.500	59.082	70.677				
Quatro anos depois	94.336	13.290	34.110	21.217	40.304	105.933	62.461					
Cinco anos depois	92.071	13.155	34.423	20.371	39.536	103.963						
Seis anos depois	94.713	12.807	34.302	21.415	41.268							
Sete anos depois	94.804	14.822	36.189	23.241								
Oito anos depois	96.093	13.309	33.701									
Nove anos depois	94.947	12.356										
Dez anos depois	90.257											
Sinistros pagos												
Um ano depois	51.956	9.934	14.027	12.210	25.902	84.635	34.478	47.680	37.876	75.067		
Dois anos depois	2.230	360	11.524	1.610	1.756	4.568	7.300	4.323	3.801			
Três anos depois	206	-1.712	348	860	1.400	2.702	5.968	526				
Quatro anos depois	2.365	141	323	761	2.466	1.762	2.236					
Cinco anos depois	264	-145	252	304	430	410						
Seis anos depois	2.826	331	1.986	1.279	3.171							
Sete anos depois	4.498	702	5	882								
Oito anos depois	5.102	181	364									
Nove anos depois	958	394										
Dez anos depois	-1.240											
Sinistros pagos acumulados	69.166	10.185	28.828	17.906	35.125	94.077	49.981	52.529	41.677	75.067		
Redundância / Deficiência	4.691	953	2.488	-1.826	-1.733	1.970	-3.379	-3.233	15.519	-23.087		-7.636
Reconciliação com a demonstração financeira												
Provisão do ano corrente antes dos descontos	21.091	2.171	4.873	5.335	6.144	9.886	12.479	18.148	9.059	46.989	85.612	221.786
Provisão de sinistros a liquidar + Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados nas demonstrações financeiras												221.786

[página intencionalmente deixada em branco]

Tabela de desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguros

	2002 e anteriores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Estimativas de Sinistros Acumulados												
No final do ano do acidente	118.652	17.725	21.637	29.380	28.746	37.255	41.400	49.443	55.724	72.932	73.537	
Um ano depois	52.556	13.783	15.808	26.377	25.434	45.396	39.210	44.548	68.357	53.053		
Dois anos depois	52.976	13.367	15.549	25.829	26.358	48.222	38.115	47.473	52.111			
Três anos depois	49.721	13.586	15.507	25.847	28.878	48.345	43.850	48.658				
Quatro anos depois	55.064	13.254	15.112	26.087	30.059	53.778	46.198					
Cinco anos depois	54.595	12.909	15.406	24.670	30.085	51.235						
Seis anos depois	54.486	12.670	15.829	26.336	27.496							
Sete anos depois	55.192	13.482	17.928	28.497								
Oito anos depois	58.460	13.262	16.876									
Nove anos depois	54.499	12.890										
Dez anos depois	58.885											
Sinistros pagos												
Um ano depois	30.470	10.595	10.275	19.236	20.712	37.642	28.536	39.440	44.758	47.007		
Dois anos depois	390	278	764	1.613	1.500	3.202	6.754	7.090	1.185			
Três anos depois	192	-161	243	439	2.114	1.716	4.689	-2.130				
Quatro anos depois	762	77	314	696	632	2.945	-835					
Cinco anos depois	228	-265	231	187	1.580	242						
Seis anos depois	2.577	178	395	1.555	-2.871							
Sete anos depois	2.293	573	1.215	672								
Oito anos depois	3.574	710	316									
Nove anos depois	4.317	-111										
Dez anos depois	3.008											
Sinistros pagos acumulados	47.812	11.874	13.753	24.399	23.668	45.746	39.144	44.400	45.942	47.007		
Redundância / Deficiência	-4.386	372	1.052	-2.161	2.589	2.543	-2.348	-1.185	16.246	19.879		32.601
Reconciliação com a demonstração financeira												
Provisão do ano corrente antes dos descontos	11.073	1.016	3.123	4.098	3.828	5.489	7.054	4.258	6.169	6.046	73.537	125.690
Provisão de sinistros a liquidar + Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados nas demonstrações financeiras												125.690

[página intencionalmente deixada em branco]

17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantinha os seguintes títulos e valores mobiliários retidos ou vinculados à SUSEP:

	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Títulos de renda fixa - públicos	220.323	-
Cotas de fundos de investimento - renda fixa (exclusivos)	-	194.557
Cotas de fundos de investimento - renda fixa (não exclusivos)	<u>13.530</u>	<u>9.017</u>
Total	<u>233.853</u>	<u>203.574</u>

Do montante vinculado acima, o saldo de provisões técnicas a ser coberto é de R\$196.827 (R\$194.636 em 31 de dezembro de 2011).

Os montantes de depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A. e direitos creditórios, já líquidos dos prêmios vencidos e não pagos, nos montantes de R\$179 e R\$109.833, respectivamente (R\$214 e R\$75.644 em 31 de dezembro de 2011), foram deduzidos das provisões técnicas para fins de cobertura.

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

	<u>31.12.12</u>		<u>31.12.11</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (a)	101.860	94.416	91.450	84.882
Provisões trabalhistas (b)	584	46	810	49
Provisões cíveis (c)	1.861	77	1.689	69
Outras	-	<u>502</u>	-	<u>364</u>
Total	<u>104.305</u>	<u>95.041</u>	<u>93.949</u>	<u>85.364</u>

a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Os valores registrados nessa conta são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no exigível a longo prazo. Essas ações, quando requeridas, estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A Seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. As discussões judiciais referentes a questionamentos de obrigações legais foram integralmente provisionadas e classificadas na conta "Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)", independentemente de sua probabilidade de êxito.

As principais ações fiscais e os saldos dos correspondentes depósitos judiciais podem assim, serem resumidos:

	Obrigações legais		Depósitos judiciais	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u> (iii)	<u>2011</u> (iii)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	90.300	79.928	77.059	67.633
Programa de Integração Social - PIS (ii)	7.159	7.159	12.997	12.997
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (ii)	3.254	3.216	3.254	3.147
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i) (ii)	<u>1.147</u>	<u>1.147</u>	<u>1.105</u>	<u>1.105</u>
Total	<u>101.860</u>	<u>91.450</u>	<u>94.415</u>	<u>84.882</u>

(i) Perda remota.

(ii) Perda possível.

(iii) Registrado na conta “Títulos e créditos a receber - depósitos judiciais e fiscais”, no ativo realizável a longo prazo.

COFINS - questionamento e não recolhimento na forma instituída pela Lei nº 9.718/98.

PIS - não recolhimento na forma instituída pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94 e legislação ordinária posterior.

INSS - questionamento sobre comissão de corretagem incidente no INSS.

ICMS - as ações em andamento referem-se ao questionamento da constitucionalidade da obrigação de pagamento do ICMS sobre salvados.

b) Provisões judiciais - trabalhistas

Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, registradas de acordo com suas possibilidades de perda estabelecidas pelos consultores jurídicos da Seguradora e a pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da Seguradora.

c) Provisões judiciais - cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da provisão das contingências cíveis refere-se, basicamente, a ações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

d) Composição das provisões judiciais e contingências

Contingências/ Risco de perda	2012			2011		
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	Quantidade	Reclamado	Provisionado
Obrigações legais						
Possível	13	100.719	100.719	13	90.309	90.309
Remota	<u>2</u>	<u>1.141</u>	<u>1.141</u>	<u>2</u>	<u>1.141</u>	<u>1.141</u>
	15	101.860	101.860	15	91.450	91.450
Trabalhistas						
Provável	2	55	119	3	65	80
Possível	8	885	449	8	1.715	709
Remota	<u>1</u>	<u>500</u>	<u>16</u>	<u>3</u>	<u>1.012</u>	<u>21</u>
	11	1.440	584	14	2.792	810
Cíveis						
Provável	18	524	562	7	129	72
Possível	65	2.127	1.175	81	7.369	1.427
Remota	<u>15</u>	<u>608</u>	<u>124</u>	<u>15</u>	<u>395</u>	<u>190</u>
	<u>98</u>	<u>3.259</u>	<u>1.861</u>	<u>103</u>	<u>7.893</u>	<u>1.689</u>
Total	<u>124</u>	<u>106.559</u>	<u>104.305</u>	<u>132</u>	<u>102.135</u>	<u>93.949</u>

e) Movimentação das contingências

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2011	91.450	810	1.689
Constituições/atualização monetária	10.410	383	1.050
Reversões/pagamentos	-	(609)	(878)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>101.860</u>	<u>584</u>	<u>1.861</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária (A.G.E.) realizada em 29 de junho de 2012 e 21 de dezembro de 2012 os acionistas da Seguradora aprovaram os aumentos de capital social em R\$7.173 e R\$5.907 respectivamente, assim o capital social passa a ser no montante de R\$95.888 (R\$82.808 em 31 de dezembro de 2011) totalmente subscrito e integralizado.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social está representado por 9.864.464 ações (8.971.033 ações em 31 de dezembro de 2011) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c) Outras reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, sujeita à deliberação da Assembleia Geral.

d) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Ajustes com títulos e valores mobiliários estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 8, de acordo com a Circular SUSEP nº 430/12, líquidos dos efeitos tributários.

e) Destinação do lucro

Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação tem direito a um voto em Assembleia Geral, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em 31 de dezembro de 2012 foram distribuídos dividendos de R\$1.182.

Juros sobre o capital próprio

Por Proposta da Administração e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária (A.G.O.) realizada em março de 2012 e Assembleia Geral Extraordinária (A.G.E.) realizada em dezembro de 2012, foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio (JCP) referente aos exercícios de 2011 e 2012, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$8.439 em 2011 e R\$ 6.949 em 2012, sendo que o valor líquido de imposto de renda na fonte, correspondem a R\$7.173 e R\$5.907, respectivamente. Por deliberação dos acionistas este montante foi integralizado ao capital social da Seguradora, conforme mencionado no item (a).

Composição acionária

	<u>Origem</u>	<u>ON</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>
RSA Insurance Group PLC	UK	9.864.387	99,99	95.887
Minoritários - pessoa física	BR	<u>77</u>	<u>0,01</u>	<u>1</u>
Total		<u>9.864.464</u>	<u>100,00</u>	<u>95.888</u>

20. RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Principais classes de negócios	Dezembro de 2012				
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Índices - %	
				Sinistralidade	Comissionamento
Transportes	208.723	(92.854)	(51.949)	44	25
Automóveis	95.259	(54.528)	(15.640)	57	16
Patrimoniais	111.631	(26.010)	(26.505)	23	24
Responsabilidades	13.811	(11.286)	(2.986)	82	22
Cascos	7.627	(25.300)	(1.134)	332	15
Pessoas	<u>47.985</u>	<u>(22.110)</u>	<u>(12.602)</u>	46	26
Total	<u>485.036</u>	<u>(232.088)</u>	<u>(110.816)</u>		

Principais classes de negócios	Dezembro de 2011				
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Índices - %	
				Sinistralidade	Comissionamento
Transportes	198.930	(94.041)	(51.410)	47	26
Automóveis	71.073	(35.680)	(12.095)	50	17
Patrimoniais	103.504	(45.929)	(23.527)	44	23
Responsabilidades	12.669	(3.965)	(2.869)	31	23
Cascos	8.698	(2.735)	(1.497)	31	17
Pessoas	<u>43.149</u>	<u>(24.171)</u>	<u>(9.932)</u>	56	23
Total	<u>438.023</u>	<u>(206.521)</u>	<u>(101.330)</u>		

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31.12.12	31.12.11
a) Outras receitas e despesas operacionais		
Excedente técnico	(4)	309
Despesas com inspeção de riscos	(7.077)	(7.117)
Contingências trabalhistas, cíveis e outras provisões	(2)	(1.043)
Lucros atribuídos	(489)	(352)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	668	(1.566)
Outras receitas/despesas operacionais	<u>6.759</u>	<u>4.381</u>
Total	<u>(145)</u>	<u>(5.388)</u>
b) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(59.906)	(56.963)
Serviços de terceiros	(13.237)	(11.080)
Localização e funcionamento	(21.836)	(20.480)
Publicidade e propaganda	(5.535)	(4.633)
Publicações	99	(269)
Donativos e contribuições	(115)	(152)
Outras despesas administrativas	<u>(475)</u>	<u>(283)</u>
Total	<u>(101.005)</u>	<u>(93.860)</u>

	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
c) Despesas com tributos		
COFINS	(9.865)	(9.160)
COFINS diferido	(463)	223
PIS	(1.724)	(1.664)
PIS diferido	(75)	36
Taxa de fiscalização	(1.493)	(1.195)
Impostos municipais	(334)	(298)
Outras despesas com tributos	<u>(414)</u>	<u>(1.117)</u>
Total	<u>(14.368)</u>	<u>(13.175)</u>
d) Resultado financeiro		
Receitas com títulos de renda fixa	29.866	25.019
Receitas financeiras com operações de seguros e resseguros	3.543	5.705
Outras receitas financeiras	<u>396</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>33.805</u>	<u>30.724</u>
Despesas financeiras com operações de seguros	(3.064)	(13.816)
Despesas financeiras com juros sobre tributos	(864)	(2.952)
Outras despesas financeiras	<u>(543)</u>	<u>(124)</u>
Subtotal	<u>(4.471)</u>	<u>(16.892)</u>
Total	<u>29.334</u>	<u>13.832</u>
e) Resultado patrimonial		
Receitas de aluguel	-	19
Outras receitas ou despesas	<u>25</u>	<u>(24)</u>
Total	<u>25</u>	<u>(5)</u>
f) Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	3.016	136
Outros	<u>1.737</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.753</u>	<u>136</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.12		31.12.11	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	41.730	41.730	(2.987)	(2.987)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	<u>(6.949)</u>	<u>(6.949)</u>	<u>(8.439)</u>	<u>(8.439)</u>
Resultado antes dos impostos e participações	34.780	34.780	(11.426)	(11.426)
(+/-) Ajustes temporários	7.228	7.228	5.742	5.742
(+/-) Ajustes permanentes	<u>436</u>	<u>436</u>	<u>299</u>	<u>299</u>
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos	42.444	42.444	(5.385)	(5.385)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	<u>(5.385)</u>	<u>(5.385)</u>	-	-
Base de cálculo dos tributos	<u>37.059</u>	<u>37.059</u>	<u>(5.385)</u>	<u>(5.385)</u>
Alíquota média do exercício	<u>25%</u>	<u>15%</u>	<u>25%</u>	<u>15%</u>
Expectativa de resultado de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(9.240)	(5.559)	-	-
Ajustes tributários oriundos das diferenças intertemporais	<u>1.833</u>	<u>1.084</u>	<u>1.328</u>	<u>797</u>
Impostos de renda e contribuição social contabilizados	<u>(7.407)</u>	<u>(4.475)</u>	<u>1.328</u>	<u>797</u>

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende funcionários que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$2.965 (R\$2.696 em 31 de dezembro de 2011). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

A Seguradora mantém rateio de despesas com a Royal & Sun Alliance Insurance Plc - Escritório de Representação no Brasil Ltda., referente a despesas do compartilhamento de estrutura e mão de obra, suprimentos e fornecimentos, bem como efetua cessões de resseguros com a Royal & Sun Alliance Insurance Plc - UK (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

	31.12.12			
	Ativo	Passivo	Receitas (ii)	Despesas (i)
Royal & Sun Alliance Insurance Plc - UK (iii)	27.919	33.084	18.015	19.565
Escritório de Representação no Brasil Ltda. (iv)	<u>304</u>	<u>192</u>	<u>359</u>	<u>247</u>
Total	<u>28.223</u>	<u>33.276</u>	<u>18.374</u>	<u>19.812</u>

	31.12.11			
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receitas</u> (ii)	<u>Despesas</u> (i)
Royal & Sun Alliance Insurance Plc - UK (iii)	25.302	28.439	16.615	12.322
Escritório de Representação no Brasil Ltda. (iv)	<u>382</u>	<u>334</u>	<u>300</u>	<u>252</u>
Total	<u>25.684</u>	<u>28.773</u>	<u>16.915</u>	<u>12.574</u>

- (i) Refere-se ao repasse de prêmios de resseguro líquidos de suas respectivas comissões de resseguro.
- (ii) Refere-se a recuperação de sinistros de resseguro e variação das provisões técnicas de resseguro.
- (iii) Os saldos de sinistros de resseguros encontram-se contabilizados na conta “Operações com resseguradoras” no ativo circulante e os saldos de prêmios de resseguro líquidos de suas respectivas comissões encontram-se contabilizados na conta “Operações com resseguradoras” no passivo circulante.
- (iv) Refere-se ao reembolso relativo ao rateio de despesas administrativas contabilizadas na conta “Títulos e créditos a receber” tendo como contrapartida a conta “Despesas administrativas”, e despesas com prestação de serviços de representação.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Seguradora mantém seguros sobre seus bens nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

<u>Itens</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios, instalações, móveis, utensílios, veículos e outros bens	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador	88.366

- b) Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Seguradora e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais com prazo prescricional de 5 anos.
- c) De acordo com o dispositivo da Circular SUSEP nº 310/05, o valor de prestação de serviços com assistência 24 horas terceirizados de R\$6.014 (R\$5.378 em 31 de dezembro de 2011), encontra-se registrado na conta “Obrigações a pagar”.
- d) Novas regulamentações emitidas pela SUSEP.

Em janeiro de 2013, a SUSEP publicou no Diário Oficial da União Resoluções e Circulares aplicáveis ao mercado segurador, relacionadas a seguir:

- Resolução nº 280/13: dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar.
- Resolução nº 281/13: Institui novas regras para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, ENTIDADES abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.
- Resolução nº 282/13: dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre planos corretivo e de recuperação de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais.
- Resolução nº 283/13: dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.
- Resolução nº 284/13: dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de subscrição das sociedades de capitalização.
- Circular nº 462/13: dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

A Administração da Sociedade está avaliando os impactos destas regulamentações em suas demonstrações financeiras.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Seguradora em 25 de fevereiro de 2013.